



INOVAÇÃO NAS UNIVERSIDADES COMO COMPROMISSO SOCIAL

INNOVATION IN UNIVERSITIES AS A SOCIAL COMMITMENT

Caio Cesar Prado Gomes¹
caio_cprado@hotmail.com

Rafael Pereira Ocampo Moré²
rafael.more@ufsc.br

Resumo

O objetivo do presente estudo é explorar como os estudantes podem assumir o papel de protagonistas no processo de inovação nas universidades para atender aos anseios da sociedade e realizar uma transformação social. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, teses e livros para embasar o conteúdo deste estudo. Quando o objeto na academia é a própria sociedade e as suas mazelas, os estudantes podem ser motivados a se engajar em um compromisso mais intenso e duradouro, já que estarão no centro desse processo como sujeitos de transformação da realidade. Para isso, é preciso romper com o ensino tradicional vertical e dar a eles autonomia para que sejam protagonistas nesse processo de disseminação do conhecimento.

Palavras-chave: Universidade inovadora; Protagonismo estudantil; Transformação social.

Abstract

The aim of this study is to explore how students can take on the role of protagonists in the innovation process within universities to address societal needs and effect social transformation. A bibliographic research was conducted on articles, theses, and books to support the content of this study. When the focus in academia is on society and its issues, students can be motivated to engage in a more intense and lasting commitment, as they will be at the center of this process as agents of reality transformation. To achieve this, it is necessary to break away from traditional vertical teaching and provide them with the autonomy to be protagonists in this process of knowledge dissemination.

Keywords: Innovative University; Student Protagonism; Social Transformation.

¹ Mestrando, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

² Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

1 INTRODUÇÃO

A universidade cumpre um papel importante na sociedade. Ao longo dos séculos, desde sua criação, mantém-se hoje como uma das instituições mais antigas do mundo. Passou por diversas configurações no decorrer da história à medida que a sociedade muda e renova suas expectativas e perspectivas quanto à educação superior.

A evolução da universidade pode ser mencionada em missões, na qual a primeira delas, o ensino, foi a própria razão da criação das universidades no século 11 na Idade Média. No fim do século 19 e início do século 20, a pesquisa foi incorporada à missão do ensino e denominada como segunda missão das universidades. Esse momento ficou conhecido como primeira revolução acadêmica (Etzkowitz, 1998).

Uma segunda revolução acadêmica ao final do século 20 e início do século 21, introduziu uma nova missão às universidades, junto ao ensino e a pesquisa, a do desenvolvimento econômico e social por meio da transferência do conhecimento e tecnologia para a sociedade (Arbix; Consoni, 2011).

Com isso, pode-se dizer que a universidade está em constante mutação quanto a sua função e incorporando novas missões. Há de se considerar também que, nesse período, tem-se passado por diversas inovações tecnológicas, fenômeno que, inclusive, tem ocorrido em intervalos cada vez mais curtos.

Diante de tantos e complexos desafios, para os quais a sociedade demanda soluções, a universidade se destaca como possível solucionadora, haja vista o seu caráter de mantenedora e difusora do conhecimento. A partir dessa perspectiva, pergunta-se de que forma a inovação nas universidades podem contribuir com o desenvolvimento da sociedade?

Busca-se como objetivo deste trabalho explorar de que forma os estudantes podem assumir o papel de protagonistas no processo de inovação nas universidades para atender aos anseios da sociedade e realizar uma transformação social. Este estudo justifica-se em razão das contínuas demandas que a sociedade possui e que muitas vezes podem ser sanadas por aquela que tem como função o exercício do pensamento e o ensino, a universidade. Ademais, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, teses e livros para embasar o conteúdo do artigo.

2 O NOVO PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE

Para compreender o impacto do trabalho na universidade, é essencial primeiramente refletir sobre o conceito de trabalho apresentado de forma crítica na obra "*O Direito à Preguiça*", de Paul Lafargue, escrito e publicado em 1880. O autor questiona a glorificação do trabalho incessante na sociedade capitalista, argumentando que ele leva à alienação e ao cansaço. Ainda, defende que as pessoas deveriam ter o direito à preguiça, ou seja, o direito de viver sem a imposição de trabalhar de maneira excessiva e sem sentido. Para ele, a verdadeira felicidade não está no trabalho constante, mas no lazer e na liberdade individual (Lafargue, 1999).

Lafargue (1999) compreendia que o trabalho cumpria apenas a exigência do mercado capitalista, tampouco realizava alguma capacidade humana do próprio trabalhador. O autor relatou que os trabalhadores empobrecem à medida que produzem riqueza. Com isso, são dominados pelo mercado de trabalho e até mesmo se colocam em condições ruins para que tentem adquirir aquilo que eles mesmo produzem.

A educação, como bem público, não se encaixa ou não deveria se encaixar nos moldes do mercado, como citado por Lafargue (1999). A mercantilização do ensino superior pode levar à instrumentalização das instituições em prol do mercado e, por consequência, à perda de valores fundantes da universidade (Fioreze, 2017).

A essência das universidades, para além da educação, pesquisa e extensão, é muito mais ampla do que o objeto econômico. Inclui as dimensões sociais, culturais e ambientais que, por muitas vezes, conflitam com a lógica do mercado (Bertolin; Dalmolin, 2014). Freire (1979) defendia que os trabalhadores desenvolvessem uma consciência crítica, voltados a uma educação para a autonomia. Ele dizia que o homem quando compreende sua realidade pode procurar soluções para a sua transformação e assim responder aos desafios do mundo.

No contexto atual, compreender a razão de ser da universidade envolve refletir sobre seu propósito e o papel que desempenha na sociedade. A universidade, como uma instituição social, tem a função de ouvir as demandas sociais e propor alternativas para mitigar problemas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Essa atuação é essencial, pois a universidade, ao estabelecer uma relação dialógica com o seu entorno, cumpre sua função de transformar e impactar positivamente a sociedade (Chiarello, 2015).

O papel das universidades no desenvolvimento local e regional é amplamente reconhecido. Elas desempenham um compromisso social importante, especialmente no que tange à formação de capital humano. Ao capacitar indivíduos com as competências necessárias, as universidades tornam-se protagonistas do desenvolvimento, colaborando diretamente para a geração de inovação e progresso econômico (Chiarello, 2015).

Dessa forma, a universidade assume um papel crucial no processo de desenvolvimento local e regional, sendo capaz de atrair investimentos que impulsionam o crescimento econômico. Além disso, ao fomentar novos empreendimentos e criar novas necessidades, a universidade fortalece sua conexão com o setor produtivo e contribui de maneira significativa para o desenvolvimento de sua região (Moraes, 2020).

A universidade tem sido demandada em seu relacionamento com a sociedade a responder a diversos desafios. Os avanços alcançados por meio da inovação unem a geração de conhecimentos e a formação de profissionais qualificados para trazer soluções ao setor produtivo e direcionadas ao desenvolvimento econômico e social da região em que atuam. Para isso, são formadas diversas parcerias e formas inovadoras de cooperação, como nas atividades de extensão, por meio de cursos de especialização, assessorias e consultorias, assim como na promoção da inovação tecnológica, tanto nas práticas administrativas, como na formação de alunos e nas atividades do corpo docente e de pesquisadores (Chaves, 2013).

As novas funções da universidade na sociedade do conhecimento envolvem pesquisa, descoberta e engajamento, sobretudo por meio da mediação entre universidades e sociedade e o fortalecimento do diálogo e parceria com o setor produtivo, na criação de habitats de inovação: incubadoras de negócios, parques tecnológicos, parques científicos, entre outros (Oliveira, 2011 *apud* Chaves, 2013).

As mudanças constantes na sociedade também afetam a inovação nas universidades, que requer uma adaptação constante a um ambiente em rápido desenvolvimento. Nesse contexto, trabalhadores e estudantes são demandados para buscar soluções que possam dar respostas às necessidades da sociedade.

No entanto, as exigências de respostas à sociedade não pode ser causa de sofrimento a esses atores. Han (2017) ressalta que atualmente a sociedade está pautada no desempenho, e não mais na disciplina. Antes imperava uma sociedade de negatividade, determinada pela proibição e coerção. Agora vive-se uma sociedade de positividade, mensurada pela produtividade, e controlada pelo próprio indivíduo, numa espécie de autoexploração, que

acaba por ser ainda mais eficiente que a exploração do outro, pois está ligada a um sentimento de liberdade.

A fim de evitar que o trabalhador, nesse caso, da educação, não adoça pelo cansaço, é necessário, dentre outros fatores, atribuir a ele um trabalho que o envolva de forma que desperte o interesse no indivíduo e que ele se sinta transformador da realidade. Dessa forma, o trabalho é visto de forma menos penosa, e, portanto, traz maior satisfação ao trabalhador.

Da mesma forma, também se aplica ao caso dos estudantes. Trazer abordagens mais envolventes contribuem para combater a exaustão acadêmica e proporciona uma aprendizagem mais significativa.

Nesse sentido, no intuito de unir o interesse de trabalhadores e estudantes e dar resposta às demandas da sociedade, há uma solução para enfrentar esses desafios por meio das missões destacadas por Mazzucato (2018a; 2018b).

Segundo Mazzucatto (2018a), as missões são esforços coordenados e ambiciosos com o objetivo de resolver desafios significativos, como melhorar a saúde, o meio ambiente ou o acesso à tecnologia. Elas envolvem uma série de ações e a colaboração entre diferentes atores, públicos e privados, para atingir um objetivo pré-definido. Além de direcionarem a inovação e o crescimento econômico, as missões funcionam como ferramentas poderosas para enfrentar problemas sociais e políticos amplos, estimulando a colaboração e investimentos estratégicos.

As missões, portanto, são uma abordagem para enfrentar desafios complexos que impactam a vida das pessoas, tais como os serviços públicos, a qualidade de vida, a saúde, moradia, meio ambiente, sustentabilidade etc (Miedzinski; Mazzucato; Ekins, 2019).

Esses desafios não podem ser superados meramente por soluções do mercado, que tem por sua origem a busca implacável pelo lucro, pela ausência de compromissos de longo prazo e a exploração de relações efêmeras, como ressalta Bauman (2010). É necessária a participação de diferentes atores, inclusive da universidade.

Por meio das missões elucidadas por Mazzucato (2018a), por exemplo, é possível articular governo, mercado e universidade para, em ambiente de cooperação, trocarem tecnologias e conhecimento para trazerem soluções inovadoras a serem aplicadas diretamente na sociedade, e para os estudantes, proporcionam um aprendizado mais significativo.

3 O ENGAJAMENTO DOS ATORES

Como parte fundamental nesse processo de engajamento dos atores da universidade, pesquisadores, educadores, e autoridades com poder de decisão, devem fomentar o papel do estudante no centro desse processo e proporcionar a ele uma participação ativa e autônoma. Freire (1979) preconizava a educação como um processo de transformação e conscientização, por meio do diálogo e da prática. E é em razão disso que os alunos devem ser postos no centro do processo. Serão eles que levarão adiante todo o aprendizado para aplicabilidade na sociedade e poderão transformar as suas realidades.

Por essa razão, importante que as universidades promovam a conscientização social por meio do envolvimento dos estudantes em questões sociais e comunitárias, como na apresentação de soluções inovadoras que resolvam ou que ao menos atenuem os problemas sociais de um mundo em constante mudança.

Assim, o papel da academia é atuar por meio de uma abordagem inovadora, adaptada às necessidades da sociedade, desde a comunidade em seu entorno até níveis nacional e global, com respostas flexíveis e oportunas, que cumpram objetivos em relação aos diferentes setores sociais (Chaves; De Araújo, 2020).

Em sentido amplo, uma inovação é compreendida como um produto ou processo novo ou melhorado que diferem significativamente daqueles anteriormente disponibilizados e implementados, conceito esse dado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005). Já uma inovação social abarca a formulação de novas alternativas para solucionar problemas sociais não satisfeitas plenamente pelo Estado ou pelo mercado (Klaumann; Tatsch, 2023).

Para Freire (1979), a educação não transforma o mundo, porém, transforma as pessoas, e essas sim, podem transformar o mundo. O trabalhador deve assumir a postura de sujeito e não de objeto de transformação. É preciso que adquiram consciência crítica sobre a realidade para que possa transformá-la. Nesse sentido, não cabe a ele uma postura neutra frente às mazelas sociais.

Nesse sentido, espera-se da academia uma ação junto à comunidade envolvendo-a nos conhecimentos produzidos com as pesquisas desenvolvidas, tendo em vista que o conhecimento gerado deve contribuir para transformar a realidade social, respondendo aos seus anseios, não se limitando exclusivamente a uma formação técnica (Chaves, 2013).

Não basta apenas trazer a sociedade a esse processo, mas também mudar o modo de ensino que ainda permanece vertical, do professor para os estudantes. Segundo Freire (1979), o professor age como um ser superior que ensina a ignorantes, que recebem os conhecimentos de forma passiva, como se fossem um depósito do educador. Porém, isso limita o educando na sua possibilidade de criação e na busca por soluções aos desafios.

Vale salientar que já não vivemos a mesma época de algumas décadas atrás. As gerações das décadas de 1990 e 2000 já não possuem a mesma cultura de décadas anteriores. Para Bauman (2010), passamos de um estado de solidez das coisas para um mundo líquido-moderno. Nesse estado líquido, os vínculos humanos têm sido cada vez mais enfraquecidos, os compromissos a longo prazo cada vez mais evitados, as obrigações são vistas como limitações à liberdade do movimento. Não há mais uma preferência por valores estáveis como havia antes (Bauman, 2010).

Essas mudanças são refletidas também na educação. A busca pela atenção dos estudantes por pouco mais que breves minutos exige do educador novas formas de abordagem. As informações estão disponíveis a todo o tempo e bastam poucos segundos para acessá-la. O educador tem um desafio de conseguir o engajamento dos estudantes, que estão cada vez mais desconectados do contato pessoal e presentes no mundo virtual.

Nesse sentido, uma possibilidade de atrair a atenção dos jovens estudantes é por meio do envolvimento destes em atividades direcionadas a resolver problemas sociais, ou seja, a transformar a realidade que vivem, nos variados campos, como saúde, moradia, trabalho, educação, meio ambiente etc.

As missões propostas por Mazzucato tem o potencial de transformar todo o sistema. Por meio delas, conectam-se diversos atores e estabelecem-se parcerias para co-criação e resolução de desafios. Elas desempenham um papel fundamental em direcionar a atividade econômica em direções socialmente desejáveis (Mazzucato, 2018a). As missões surgiram para enfrentar desafios amplos, que exigem um compromisso de longo prazo no desenvolvimento de soluções de inovação tecnológica e social. O engajamento de todos os atores, inclusive da sociedade, é importante para a identificação das demandas e para garantir o sucesso das políticas integradas (Mazzucato, 2018b).

Para a formação de uma missão é necessário que alguns elementos sejam preenchidos: deve ter um objetivo inspirador e com ampla relevância social, que tenha impacto direto na vida das pessoas e atraia o engajamento dos atores; deve ter uma orientação clara, mensurável

e com tempo limite; que o objetivo seja ambicioso, porém realista, pois objetivos não possíveis de alcançar não terão adesão e os pouco ambiciosos não incentivarão esforços extras; deve ter caráter interdisciplinar, porque requer o envolvimento de diferentes áreas para uma solução (Mazzucato, 2018b).

A universidade, portanto, deve seguir esse mesmo caminho, envolver-se em projetos que abordem desafios sociais e econômicos, estabelecer conexões mais sólidas com as comunidades locais a fim de criar relacionamentos mais duradouros e significativos, contrastando com a volatilidade das relações citadas por Bauman (2010).

Deve ainda a universidade incluir o desenvolvimento de parcerias e colaborações com outras instituições de ensino, empresas e organizações, com a finalidade de oportunizar o crescimento conjunto e estar apta a responder rapidamente às mudanças no ambiente educacional e nas demandas dos estudantes e da sociedade.

Cabe ressaltar que a universidade precisa também inovar em suas estratégias de captação de recursos e sustentabilidade financeira. No entanto, não deve abrir mão jamais de uma gestão responsável, que priorize a missão educacional sobre objetivos exclusivamente financeiros.

4 TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL POR MEIO DA INOVAÇÃO

A inovação é um caminho que a universidade precisa seguir para cumprir a sua função social e ser capaz de responder aos desafios enfrentados pela sociedade, buscando-a tornar mais justa e igualitária, e atender às expectativas dos estudantes, incluindo uma formação mais humana e cidadã.

A associação entre as diferentes formas de conhecimento, o saber popular e o conhecimento técnico-científico, cria uma condição extraordinária para reunir aportes para inovação de caráter sociocultural e tecnologias sociais, enquanto requisito fundamental para o desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade (Chaves, 2013).

Chauí (2003) entende a universidade como uma instituição social, e, em razão disso, reflete as especificidades da sociedade em que está inserida. Assim, não possui uma realidade separada, e é, portanto, uma expressão histórica de uma sociedade determinada. Nesse sentido, é preciso que as universidades reúnam esforços para que possam encontrar soluções para os problemas da sociedade em que ela mesmo está inserida. Para Santos e Almeida Filho

(2008), a universidade deve reformar as suas concepções e condutas, visando mecanismos para a construção de uma sociedade que apoia as necessárias transformações sociais.

É dever da universidade estabelecer um diálogo entre ela e a sociedade, especialmente quanto a sua produção científica, tecnológica e cultural. Não se pode adotar uma postura neutra diante da realidade social. Os problemas da sociedade devem ser também os seus e, para a resolução destes, deve envolver nesta discussão os estudantes, professores e pesquisadores (Jambeiro, 1999).

A sociedade possui expectativas quanto ao ensino superior. Espera-se a contribuição de diplomados qualificados para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população (Bachmann, 2018).

A participação em projetos de extensão comunitária, por exemplo, gera importantes valores na visão dos estudantes e da comunidade. Na visão do estudante, é capaz de gerar crescimento pessoal, sentimento de responsabilidade, aquisição de conhecimento e principalmente acesso a outras realidades sociais, trazendo uma visão diferente de mundo, para além dos muros da universidade. Na visão da comunidade, geram melhora na qualidade de vida, engajamento popular e impacto social (Bachmann, 2018). A pesquisa também é de extrema relevância social quando direcionada a contribuir para resolução de problemas sociais em diversas áreas, como na saúde, no meio ambiente, na educação etc.

Como visto, a universidade possui o papel de agente transformador dos ambientes econômico, social e cultural. O conjunto ensino, pesquisa e extensão deve ser coerente com os esforços para fortalecer a sociedade. Não é o objetivo da universidade substituir funções de responsabilidade do Estado, mas é sua função produzir conhecimento e disseminá-lo na sociedade, e isso se confirma à medida que diferentes setores da população brasileira são beneficiados pelos resultados produzidos pela atividade acadêmica (Moretto Neto *et al.*, 2012).

As universidades, nessa conjuntura, vêm sendo demandadas a direcionar sua contribuição com o desenvolvimento socioeconômico e a inovar, gerando riqueza a partir do conhecimento. A falta de reatividade às demandas da sociedade tem sido alvo de críticas (Etzkowitz *et al.*, 2000). Destaca-se que a interação entre universidades e setor produtivo privado não só contribui com a sustentabilidade financeira das universidades, como a insere em um processo de transferência de conhecimentos e tecnologias que pode alçar a sua capacidade de gerar resultados para a sociedade (Fioreze, 2017).

A relevância e o compromisso da Ciência, Tecnologia e Inovação são estratégicos para o avanço do desenvolvimento do País. O fortalecimento da interação entre ciência e produção resulta na promoção de formas inovadoras de compartilhamento de conhecimentos e infraestrutura e otimização de recursos, além de permitir aprofundar a complexidade dos problemas atuais de maneira interdisciplinar nos estudos e na prática (Chaves; De Araújo, 2020).

No Plano Nacional de Extensão Universitária, são citados princípios básicos que devem estar presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987 e que merecem destaque:

a) A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país; b) A universidade não é proprietária de um saber pronto e acabado, a ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, por participar dessa sociedade, deve estar sensível a seus problemas e apelos, através de grupos sociais com os quais interage, ou/e de questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão; c) A universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil; d) A ação cidadã das universidades deve difundir os saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações, resultantes dessas pesquisas; e) A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, encarada como um trabalho social, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social; f) A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania (Brasil, 2001, p. 07).

Fica evidente, após leitura desses princípios básicos, que a universidade possui uma missão institucional voltada para a sua função social, que é responder aos desafios complexos que a sociedade enfrenta. Para Etzkowitz (2009), a base do desenvolvimento social e econômico de um país é a interação universidade-empresa-governo, que denominou como modelo da Tríplice-Hélice. O autor destaca que a chave para a inovação e o crescimento de uma economia baseada no conhecimento está na interação entre estes três eixos.

Nesse modelo, tem-se como objetivos da interação entre os atores: a) produzir conhecimento socialmente relevante nas universidades e repassá-lo à sociedade; b) gerar inovação tecnológica nas empresas; e c) estimular a participação do governo em projetos de inovação (Da Silva, 2006).

Dessa forma, os atores universidade-empresa-governo tomam a iniciativa de ações de desenvolvimento, cabendo à universidade o papel de formar agentes que disseminem a

inovação e a mudança; ao governo, fomentar as ações com políticas públicas e incentivos; e às empresas, formar parcerias com estes dois atores e compartilhar recursos, tecnologias e conhecimento (Chiarello, 2015).

A política institucional deve estar alinhada à política pública no enfrentamento dos desafios que a sociedade possui. O estímulo de cooperação entre os atores e o investimento público deve ser algo contínuo para que os problemas sejam sanados e que possam trazer um estado de bem-estar social à população em geral. É preciso que as universidades estejam sintonizadas com as questões locais, criando uma rede de cooperação que estimule a interação entre os atores, adotando um comportamento cooperativo e facilitando as ações coordenadas (Chiarello, 2015).

No Brasil, na última década, a criação de parques tecnológicos mostrou-se uma estratégia relevante na promoção do desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Esses parques são uma modalidade de *habitat* de inovação, onde ocorrem as interações entre os atores e favorecem a cocriação, cooperação e colaboração para a realização de negócios, criação de empreendimentos baseados em conhecimento (Chaves, 2013).

Parques tecnológicos abrigam centros de inovação, núcleo e laboratórios para pesquisa e incubadoras de negócios. Além disso, promovem a capacitação, o compartilhamento de infraestrutura, a transferência de tecnologia e conhecimento (Chaves, 2013).

A colaboração em rede e a participação em *habitats* de inovação oportunizam a minimização dos riscos e a criação conjunta de soluções, de forma a acelerar o progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico. A instauração de um modelo de desenvolvimento, em um ambiente como um parque tecnológico ou em outros habitats de inovação, baseado nos princípios de sustentabilidade, requer um processo de transformação profunda das formas de produção e consumo em sociedade, no qual o uso dos recursos, a alocação dos investimentos, e as diretrizes de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação estejam voltadas para fortalecer o potencial do presente e do futuro, de modo a atender satisfatoriamente as principais necessidades e aspirações humanas (Chaves, 2013).

Habitats de inovação proporcionam ambientes altamente colaborativos e multidisciplinares, envolvendo diferentes áreas, setores e instituições. Nesse cenário é possível estabelecer parcerias e atrair investimentos para que a universidade possa conduzir projetos, dos quais a sociedade será beneficiada. Essa colaboração interdisciplinar permite a combinação de habilidades diversas, e, por consequente, engrandece o processo de inovação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, uma universidade que preconiza a inovação pode perfeitamente estar alinhada à sua função social de atender às necessidades da sociedade. Os trabalhadores e estudantes devem ser incluídos e se colocarem como sujeitos no processo de transformação social. Quando o objeto na academia é a própria sociedade e as suas mazelas, os estudantes podem ser motivados a se engajar em um compromisso mais intenso e duradouro, já que estarão no centro desse processo como sujeitos de transformação da realidade. Para isso, é preciso romper com o ensino tradicional vertical e dar a eles autonomia para que sejam protagonistas nesse processo de disseminação do conhecimento.

Ao se engajar ativamente em projetos inovadores que beneficiam a comunidade em que estão inseridos, os alunos não apenas ampliam seus próprios horizontes, mas contribuem para o avanço das instituições acadêmicas e o impacto positivo na sociedade. Assim, os estudantes podem identificar necessidades emergentes, propor soluções criativas e transformar desafios sociais em oportunidades de inovação. Para tornar isso possível, as universidades devem incentivar o protagonismo estudantil e criar ambientes que valorizem e potencializem essas contribuições.

Ao adotar uma postura inovadora, a universidade não apenas responde às necessidades de seu entorno, mas também se posiciona como um elo fundamental para a geração de capital humano capaz de promover a transformação social e econômica. Para que seja capaz de dar uma resposta suficiente e célere à sociedade, é necessário também que a universidade estabeleça parceria com outros setores da sociedade, como empresas, governo, instituições privadas e a própria sociedade civil.

Por fim, resta dizer que este artigo não se propõe a trazer uma única solução para resolver todos os problemas da sociedade, mas sim trazer um caminho, por meio da inovação e da cooperação e engajamento dos atores, com a finalidade de estimular a criação de soluções para os complexos problemas da sociedade, e promover o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico e social.

6 REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco; CONSONI, Flávia. *Inovar para transformar a universidade brasileira*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 26, n. 77, pág. 205-224, out. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/xHHbkP8FXCkYddcJcCDmH6N/?lang=pt&format=html>. Acesso em 30 ago. 2024.

BACHMANN, Adriana Maria Reiter. Extensão universitária e inovação social: estudo em uma universidade pública municipal. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, Palhoça, v. 7, n. 1, p. 447-466. 2018. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6006/3589. Acesso em: 28 nov. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BERTOLIN, Julio Cesar Godoy; DALMOLIN, Bernadete Maria. As universidades comunitárias e a emergência de mercados na educação superior: entre a pressão da competição e o diferencial dos valores acadêmicos. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 30, n. 1. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50018/31326>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Edição Atualizada. Brasil: PROEXT, 2001. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento da Amazônia: experiência da Universidade Federal do Amazonas. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 18, n. 36. 2013. Disponível em: https://seer.cgee.org.br/parcerias_estrategicas/article/view/711. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; DE ARAÚJO, Maria Goretti Falcão. Ciência, Tecnologia e Inovação & Compromisso com o Desenvolvimento Social. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, Curitiba, v. 5, n. 5, p. 95-134. 2020. Disponível em: <http://habitats.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/409/422>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação*, Rio de Janeiro, p. 5-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?->. Acesso em: 28 nov. 2023.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. *Extensão em Foco* (ISSN: 2317-9791), Curitiba, v. 1, n. 2, p. 240-257. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/795/365>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DA SILVA, Carlos Alberto Figueiredo; TERRA, Branca Regina Cantisano; VOTRE, Sebastião Josué. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, n. 1. 2006. Disponível em: <http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/45/53>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ETZKOWITZ, Henry. The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university–industry linkages. *Research Policy*, v. 27, 1998, p. 823-833. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(98\)00093-6](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(98)00093-6). Acesso em 30 ago. 2024.

ETZKOWITZ, Henry. *Hélice Tríplice: Universidade-indústria-governo: inovação em ação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ETZKOWITZ, Henry; WEBSTER, Andrew; GEBHARDT, Christiane; TERRA, Branca R. C. *et al.* The future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. *Research policy*, v. 29, n. 2, p. 313-330. 2000. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733399000694?casa_token=fpdzJtB BkcAAAAA:cMWcDcAoTe4Sk2kSxI5rnJAfrn2RyUTSy0KTwQVZh0EsAKL0eGmh3Pge N2MJGO5fpHIA_ZbPZc. Acesso em: 28 nov. 2023.

FIOREZE, Cristina. *O modelo comunitário de universidade e o tensionamento público-privado: entre o capitalismo acadêmico e o compromisso social*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/159149/001022986.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12.^aed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2. ed. Editora Vozes Limitada: Petrópolis, 2017.

JAMBEIRO, Othon. A obrigação de interagir: universidade, empresa, governo. *In: Integração Universidade e Empresa II*. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, p. 40-51, 1999.

KLAUMANN, Ana Paula; TATSCH, Ana Lúcia. A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas, v. 22, p. e023006. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbi/a/GJ4hx8DV6Zh3v785x3YPNBq/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto; introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec, Unesp. 1999.

MAZZUCATO, Mariana. *Missions: mission-oriented research & innovation in the European Union*. A problem-solving approach to fuel innovation-led growth; European Commission: Brussels, Belgium, 2018a. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10048620/1/Mission-Oriented%20R%26I%20in%20the%20EU%20Mazzucato%202018.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MAZZUCATO, Mariana. Mission-oriented innovation policies: challenges and opportunities. *Industrial and corporate change*, London, v. 27, n. 5, p. 803-815. 2018b. Disponível em:

<https://academic.oup.com/icc/article/27/5/803/5127692?login=false>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MIEDZINSKI, Michal; MAZZUCATO, Mariana; EKINS, Paul. A framework for mission-oriented innovation policy roadmapping for the SDGs: the case of plastic-free oceans. *Institute for Innovation and Public Purpose*, London, 2019. Disponível em: https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/sites/public-purpose/files/a_framework_for_mission-oriented_policy_roadmapping_for_the_sdgs_final.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

MORAES, Flávio Fava de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 14. n. 3. jul/set. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/4FY7bXQX6nthzbyfXTJX7Cd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

MORETTO NETO, Luís *et al.* Universidade e compromisso social: atividades de extensão sob a ótica da gestão social. *Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 21-40, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12651/9214>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP. *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3 ed. 2005. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, v. 3. 2008. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/12122/1/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.